

RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.705 - CE (2013/0416566-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : JOÃO AMADEU FURLAN E OUTRO
ADVOGADOS : ALEXANDRE ALVES DE GODOY - SP157322
LEONARDO PINHEIRO PIMENTEL E OUTRO(S) - CE016208
CARLOS ROBERTO MACHADO PIMENTEL - CE020083
RECORRIDO : INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES ORIGAMY LTDA
ADVOGADO : FELIPE BRAGA ALBUQUERQUE E OUTRO(S) - CE015507
ADVOGADA : ANA CAROLINA BEZERRA FERNANDES ARAUJO - CE022205

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOÃO AMADEU FURLAN e MERCEDES FORNAZIN FURLAN contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ-CE).

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento manejado por JOÃO AMADEU FURLAN e MERCEDES FORNAZIN FURLAN contra decisão proferida nos autos do cumprimento de sentença promovido por INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES ORIGAMY LTDA.

O eg. TJ-CE, contudo, negou provimento ao referido agravo, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fls. 269/270):

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO ORDINÁRIA. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. SUSPENSÃO DO LEILÃO DE IMÓVEL CONSIDERADO BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. REGULAR PROSSEGUIMENTO DA PRAÇA EM RELAÇÃO À PROPRIEDADE RESTANTE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DOS AGRAVANTES PARA O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. REJEIÇÃO. COMPROVAÇÃO DE CIÊNCIA DA DECISÃO PELOS AGRAVANTES. FALTA DE AVALIAÇÃO JUDICIAL DOS BENS PENHORADOS. PERÍCIA REALIZADA PELA EMPRESA. INTIMAÇÃO DOS RECORRENTES PARA IMPUGNAREM O LAUDO. INÉRCIA DOS AGRAVANTES. PRECLUSÃO. A DECRETAÇÃO DE NULIDADE PROCESSUAL EXIGE A DEMONSTRAÇÃO DE EFETIVOS PREJUÍZOS À PARTE QUE A ALEGA. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Os fundamentos pelos quais a magistrada a quo suspendeu a praça em relação ao imóvel considerado bem de família (matrícula nº 84.131), autorizando o prosseguimento do leilão relativamente

ao outro bem, configuram motivação bastante para o acolhimento parcial da exceção de pré-executividade.

2. Não procede o argumento de nulidade processual por inexistência de intimação dos executados, ora insurgentes, para o cumprimento da sentença. No autos da ação de cobrança foi proferido despacho intimando a parte executada para efetuar o pagamento da importância fixada na condenação, bem como expediu-se carta de intimação dirigida aos agravantes para tomar ciência da sentença. Os recorrentes já haviam, inclusive, interposto apelação.

3. Diante da ausência de conhecimentos técnicos do oficial de justiça para avaliar os imóveis penhorados, deveria a magistrada a quo ter nomeado perito (arts. 475-J, §2º, e 680, CPC). No entanto, a juíza acatou o laudo apresentado voluntariamente pela empresa exequente, tendo afirmado que os agravantes foram devidamente intimados da referida avaliação (DJE nº 463, de 24.04.2012), sem apresentarem qualquer impugnação. Os agravantes não lograram comprovar a ausência da aludida intimação, pelo que não se configura a alegada nulidade processual.

4. A decretação da nulidade processual exige a demonstração da ocorrência de efetivos prejuízos à parte que a alega, o que inexistiu no caso dos autos. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo de instrumento conhecido e desprovido."

Inconformados, JOÃO AMADEU FURLAN e MERCEDES FORNAZIN FURLAN manejaram o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, a violação dos arts. 245, parágrafo único, e 475-J, do CPC/73.

Contrarrazões às fls. 287/297.

É o relatório. Decido.

No apelo nobre que pretendem trânsito, sustentam os recorrentes a violação do art. 475-J do CPC/73, ao argumento de que não foram intimados para pagamento voluntário dos valores contidos na sentença. Ressaltam que a intimação para ciência da sentença a fim de interpor o recurso cabível difere-se da intimação para o cumprimento provisório da sentença.

O eg. TJ-CE, por seu turno, afastou referida nulidade, sob o fundamento de que a primeira intimação destinou-se ao pagamento voluntário da sentença. No entanto,

devido ao falecimento do advogado dos executados, houve nova intimação para regularizar a representação, bem como para ter ciência da apelação. Ressaltou, por fim, que não restou demonstrado eventual prejuízo, tendo em vista que houve intimação posterior para ciência da penhora realizada. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão objurgado (fls. 259/263):

"Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.

Na decisão em que foi concedido o efeito suspensivo, restou consignado, verbis:

(...)

Nos moldes dos arts. 527, II e III, e 558, do Código de Processo Civil, para que se atribua efeito suspensivo ao agravo é necessário avaliar a relevância dos fundamentos do recurso e a existência de lesão grave ou de difícil reparação, que devem ser claramente demonstradas pelo agravante.

Na espécie, em juízo de prelibação, tenho que os fundamentos pelos quais a magistrada a quo suspendeu a praça em relação ao imóvel considerado bem de família (matrícula nº 84.131), autorizando o prosseguimento do leilão relativamente ao outro bem, configuram motivação bastante para o acolhimento parcial da exceção de pré-executividade.

Cumpre mencionar que não procede o argumento de nulidade processual por inexistência de intimação dos executados, ora recorrentes, para o cumprimento da sentença. Observa-se à pág. 143 despacho intimando a parte executada para efetuar o pagamento da importância fixada na condenação da ação de cobrança. Outrossim, vê-se à pág. 49 carta de intimação datada de 20.01.2010 e dirigida ao agravante para que providenciasse a regularização de sua representação, 'bem como para tomar ciência da sentença e da decisão dos embargos declaratórios'. Os agravantes já haviam, inclusive, interposto apelação, consoante se vê às págs. 79-82.

Ademais, verifica-se que os recorrentes foram pessoalmente intimados da penhora dos imóveis por meio de carta precatória itinerante, conforme o documento de pág. 147."

Com efeito, segundo orientação deste Sodalício exposta na Súmula n.º 410,

"A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer".

Ademais, consoante Repetitivo n. 536 do STJ, "Na fase de cumprimento de sentença, o devedor deverá ser intimado, na pessoa de seu advogado, mediante publicação na imprensa oficial, para efetuar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir a multa de 10% (dez por cento) sobre montante da condenação (art. 475-J do CPC)".

No caso dos autos, conforme disposto no v. acórdão estadual, houve intimação específica para o cumprimento da sentença. Ocorre que, devido ao falecimento do causídico, foi necessária nova intimação para regularizar a representação, momento em que também fora dada ciência dos termos da sentença (carta de intimação de fl. e-STJ 49). De fato, a segunda intimação, esta sim válida, não foi destinada ao cumprimento de sentença, mas para mero conhecimento do teor da sentença. Dessa forma, o v. acórdão estadual violou o entendimento firmado neste Sodalício.

Do inteiro teor do voto proferido no acórdão afetado - REsp 1262933/RJ - é possível retirar o fundamento dessa conclusão, ao destacar que "(...) a intimação é necessária até mesmo para não haver dúvidas em relação à data do trânsito em julgado da decisão; assim também quanto ao valor atualizado da dívida, que muitas vezes exige um memorial de cálculos, a ser apresentado pelo próprio credor" (REsp 1262933/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/06/2013, DJe 20/08/2013).

Nesse contexto, o recurso especial merece prosperar, tendo em vista que a ausência de intimação prévia e específica para o cumprimento voluntário da sentença gera a nulidade dos atos praticados sem a observância desse requisito essencial.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, dou provimento ao recurso especial a fim de anular os processuais praticados no cumprimento de sentença, devendo-se conceder aos recorrentes o prazo de 15 dias para fins de pagamento voluntário.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator